

O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFRRJ

Saulo Barbará de OLIVEIRA¹
Aurea LUNGA²

1. Introdução

A oferta de cursos de graduação voltados para a gestão pública e áreas afins vem crescendo muito no país, tornando-se difícil, de certo modo, entender as especificidades de cada curso, uma vez que as diferenças entre eles são muitas, tais como: nome do curso, titulação, planejamento, organização, estrutura, matriz curricular e etc. Um dos motivos para essa diferenciação é a inexistência de Diretrizes Curriculares especificamente voltadas para Administração e Políticas Públicas, o que contribui para a não uniformidade destas variáveis na construção do Projeto Político Pedagógico desses cursos (PPC). Assim, a principal finalidade do presente artigo é apresentar as características e particularidades do curso de Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ), de modo a facilitar o seu entendimento por parte dos interessados. O artigo foi escrito tomando-se por base o PPC do curso.

A origem da UFRRJ vem da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV) criada pelo Decreto nº 8.319 em 20 de outubro de 1910. De lá para cá a UFRRJ passou por mudanças de nome e de localização até se instalar em Seropédica/RJ, onde fica atualmente a sua sede. Além da sede, a UFRRJ conta com outros três *Campi* nas seguintes cidades do estado do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, Três Rios e Campos de Goitacazes (Campo Experimental).

Com pouco mais de um século de atuação junto à sociedade a UFRRJ transformou-se em um centro de referência no ensino superior das Ciências Agrárias, tendo expandido o seu conhecimento para outras áreas de conhecimento, contando hoje com 55 cursos de graduação e 19 de pós-graduação *stricto sensu* e sete *lato sensu*. Com essa iniciativa passou a atender a demanda por mais vagas no ensino superior. No ano de 2010, ao todo a UFRRJ tinha cerca de 12.000 alunos matriculados na graduação, sendo cerca de 10.000 no ensino presencial e cerca de 2.000 na modalidade de ensino a distância. Na pós-graduação eram 1.240 matriculados. Seu quadro de pessoal contava com 741 professores efetivos, sendo 99% com mestrado ou doutorado, 161 professores substitutos e 1.350 técnicos administrativos. (Decanato de Ensino de Graduação - DEG, 2010)

Com participação expressiva da UFRRJ no Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, além do curso de

¹ Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ/COPPE) e Mestre em Administração pela UFF; coordenador do Curso de Administração Pública da UFRRJ. EMAIL: saulobarbara@gmail.com

² Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; técnica em assuntos educacionais da UFRRJ.

Administração Pública, que teve início com a primeira turma em agosto de 2010 no Campus de Seropédica, 23 novos cursos de graduação presencial, distribuídos nos três campi da universidade, em diferentes áreas do conhecimento, iniciaram suas atividades em 2009 e 2010.

2. Princípios Norteadores das Práticas Acadêmicas na UFRRJ

Seguindo as orientações estratégicas do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UFRRJ (2006-2011), as diretrizes curriculares do Ministério da Educação e Cultura - MEC e respeitando as recomendações dos Conselhos de Classe e das entidades representativas das profissões em questão, o PPC do presente curso, focado no perfil profissional pretendido, estabelece os princípios básicos que deverão nortear o curso de Administração Pública, e que são: a) globalidade, baseada na visão holística e sistêmica; b) construção de uma cultura de avaliação de natureza processual, prospectiva e baseada na continuidade, legitimidade e reconhecimento de todos envolvidos no processo de avaliação, possibilitando que tanto discentes como docentes possam ser avaliados, visando permitir críticas, sugestões e o estímulo à melhoria do desempenho de todos; c) consideração do perfil profissional em formação, em termos técnicos e humanísticos, com vistas a subsidiar a inclusão do egresso do curso de administração pública no mercado de trabalho.

O momento sob o qual atravessa a sociedade contemporânea inspira-nos empreender um processo de renovação contínua. Desse modo, a UFRRJ imbuída do espírito de crescimento e desenvolvimento, reiterou o seu compromisso com o ensino e sua democratização, as motivações e as normas que sustentam sua proposta política, administrativa e pedagógica, visando cumprir a sua missão social e contribuir para a formação cidadã.

3. Fundamentos para a Elaboração do PPC

O processo de elaboração do PPC de Administração Pública da UFRRJ baseou-se na sistematização do conjunto de legislação sobre o tema, que especifica os aspectos que um PPC deve contemplar, bem como nas questões pedagógicas que caracterizam o mesmo, nos preceitos educacionais e nos princípios gerais do PDI/UFRRJ, 2006-2011. Levou-se também em consideração as diretrizes curriculares do MEC (Resolução CNE/CES nº 04 de 13 de julho de 2005) do curso de graduação em administração já existente na UFRRJ, especialmente no que diz respeito à carga-horária total do curso (Resolução CNE/CES Nº 02 de 18 de junho de 2007), critérios de avaliação dos discentes, necessidade de inclusão de estágio supervisionado e atividades acadêmicas complementares.

4. Base Conceitual do Curso de Administração Pública

A criação dos cursos superiores em Administração Pública no Brasil data da década de 1950 e reflete o momento em que o Estado brasileiro procurava, por vez primeira, transformar a administração pública em um agente de modernização, apoiado nas ações e propostas do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. Aliado à função predominantemente normativa do DASP, à época, foi a Fundação Getúlio Vargas do RJ (FGV), criada no mesmo período, quem se encarregou de preparar os primeiros quadros gerenciais, formados nos EUA, para serem capazes de assumir cargos de elevada responsabilidade nas empresas públicas e privadas do país. O surgimento da FGV ocorreu num momento em que o ensino superior brasileiro deslocava-se de uma tendência europeia para uma tendência norte-americana o que acabou por determinar, durante muitas gerações, o predomínio de uma visão organizacional pragmática e prescritiva. (PACHECO, 2002)

Por conta desse contexto é que, em 1945 foi proposta, pela primeira vez, a criação dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas para dar conta dos níveis de especialização e competência profissional exigidos pelo mercado. Em 1965 a profissão de Técnico de Administração foi regulamentada. A partir da década de 1960, o ensino superior em administração se expandiu para faculdades particulares e isoladas e abriu caminho para cursos de pós-graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas. Foi quando, então, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de administração. (PACHECO, 2002)

Nos anos subsequentes e durante muitos anos, a evolução dos cursos de Administração Pública ficou associada à formação em Administração de Empresas. Na década de 1980 houve uma reversão desse processo, com a descentralização da prestação de serviços ao cidadão, da União para os Estados e Municípios, seguidos, nos anos 90, da implantação de um amplo programa de privatizações das empresas estatais. O objetivo era controlar as despesas com pessoal, além de buscar implantar um novo perfil na força de trabalho da Administração Pública Federal condizente com os novos papéis do Estado na esfera federal. Este movimento, que ocorreu em vários países, levando a uma profunda revisão dos papéis do Estado central, assumiu, no Brasil, a partir de 1995, o desafio de fortalecer o núcleo estratégico do Estado — responsável pela formulação de políticas públicas nacionais e pelas novas funções de regulação. Assim, o principal objetivo da reforma do Estado, impulsionada a partir de 1995, não era o Estado mínimo, mas o Estado forte em seus novos papéis (PACHECO, 2002).

Com o aprofundamento da reforma do Estado, ao Governo Federal coube cada vez menos a prestação direta de serviços à população ou a produção de mercadorias, e cada vez mais as atividades de formulação e avaliação de políticas públicas, regulação e

fomento. De outro lado, o processo de desenvolvimento de uma sociedade moderna num ambiente globalizado impôs ao campo da organização e administração do trabalho novos aportes e abordagens, por sua característica de formação de agentes de mudança, elementos centrais no processo de desenvolvimento sócio-econômico (BRASIL, 1995).

A partir de 1995 tornou-se imperativo, para a política de recursos humanos das organizações estatais, um novo modelo para o perfil da força de trabalho em direção a um quadro mais qualificado de servidores. Concomitantemente, a configuração de um novo desenho nas relações e políticas internacionais entre países e estados, além do desafio das administrações públicas no Brasil, confirmou a necessidade de aumentar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas como imperativo para ampliar a competitividade do país, internacionalmente (SIQUEIRA e MENDES, 2009).

Muitas organizações governamentais têm ainda encontrado dificuldades em incorporar novos formatos de gestão guiados pelos princípios da qualidade, da flexibilidade e da formação de novas competências. Não se trata mais de importar ou não práticas e conceitos organizacionais e institucionais de um setor para outro, criando assim uma identificação variável entre os setores. Sua percepção é de que estes são irreduzíveis entre si, sendo necessária uma filtragem e reelaboração crítica de toda e qualquer técnica ou conceito que possa inspirar a recriação de um similar no setor público. Como em toda mudança cultural cujo solo de sedimentação é profundo, é necessário construir, no ambiente público, espaços permeáveis com relação às tecnologias e aos formatos gestores necessários a estimular a autonomia e o comprometimento dos servidores nos propósitos da instituição e nos serviços ao bem público. (PEREIRA, 2007)

Ainda mais, se a formação em Administração Pública, no país e no exterior surgiu visando à preparação de profissionais competentes para atuar no aparelho do Estado, hoje as mudanças nas relações entre Estado e Sociedade requerem uma redefinição da formação neste campo de forma a reconhecer a presença de atores não estatais na formulação e na implementação de políticas públicas.

Sem dúvida trata-se de um novo tempo, em que as instituições de ensino superior necessitam responder pelo padrão de qualidade do Curso de Graduação em Administração Pública para atender, dentre outros, o art. 43, incisos II e III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/96, comprometendo-se a preparar profissionais com formação crítica e humanista e aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração federal, estadual ou municipal e nas demais de organizações e instituições não-estatais ou privadas.

Com a elaboração de Diretrizes Curriculares para os cursos de Administração, em 2005, evidenciou-se a necessidade de constituir uma identidade específica para a formação em Administração Pública. O reconhecimento de tal identidade foi expresso no

Despacho do Diretor do Departamento de Supervisão do Ensino Superior (DESUP), de 16 de maio de 2006, segundo o qual: "*Fica permitida a exceção para o curso de Administração Pública, fundamentada na própria origem dos cursos de Administração no Brasil*" e teve, como um de seus desdobramentos, a necessidade de elaboração de Diretrizes próprias que garantam autonomia às Instituições de Educação Superior na elaboração do desenho de cursos, "*desde que observadas as diretrizes curriculares propostas pela Secretaria de Educação Superior do MEC e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação*" (Art. 53), ora em construção.

5. Fundamentos para a Criação do Curso de Administração Pública na UFRRJ

A Administração, de um modo geral, e a Administração Pública, em particular, está em busca de modelos de gestão capazes de minimizar a crise e de solucionar os principais problemas pelos quais vêm passando desde o surgimento do Estado Novo. Esta busca se intensifica a partir da década de 70 quando se inicia um processo mais geral de crise do Estado, no país e no exterior, e de constituição de uma agenda de Reforma do Estado e das políticas sociais. A agenda governamental passa a ter como pano de fundo algumas mudanças na gestão pública no país, as quais apontam para um processo incremental de ampliação da cidadania, por meio de ações de democratização do processo decisório e da ampliação do acesso do cidadão aos serviços públicos com a ampliação de várias iniciativas, como a implantação do Governo Eletrônico, da Governança Pública e do Programa Gespública, entre outras. (FARAH, 2000; JACOBI, 2003; MEDEIROS, 2006; CANO, 2009; GOMES, 2009).

Tais iniciativas passaram a exigir a ampliação do quadro de pessoal do serviço público dos três poderes, e em especial, a formação e capacitação de gestores com competências e habilidades para lidar com as diversas dimensões da gestão pública, fazendo surgir o cargo de gestor público, em outubro de 1989, com a criação da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Lei Federal nº 7.834).

Neste contexto, o presente curso foi pensado, planejado e está sendo implementado considerando os desafios de fazer do Administrador Público um fiel agente do processo de mudança nas políticas públicas e gestão governamental, tendo sido concebido e estruturado com base em dois eixos de formação multidisciplinar (Elaboração e Gestão de Políticas Públicas; Gestão de Orçamento e Finanças Públicas), contendo um total de 18 novas disciplinas com conteúdos completamente novos e atualizados com esse enfoque e que serão ministradas a partir do quarto período letivo.

O curso em Administração Pública da UFRRJ foi criado com base nos incentivos oferecidos pelo REUNI. A iniciativa de sua criação deveu-se à constatação de que o estado brasileiro e, em especial, o Estado do Rio de Janeiro, estava carente e com

demanda crescente por pessoal capacitado a gerir as Instituições Públicas com base na eficiência e eficácia.

5.1. Mapeamento da Demanda e sua Contextualização Regional

A UFRRJ, como depreende da leitura anterior, tem sua área de atuação na Região Sudeste, onde conta com os Campi já apresentados, estando direcionada ao estudo de sua sociedade e do seu meio ambiente. Essa Região conta com 19.081.802 empregos nos diversos setores, sendo que o Estado do Rio de Janeiro contabiliza 92 municípios divididos em oito regiões, que apresentam acentuadas diferenças de ordem econômica, social e cultural; registra mais de 43 mil estabelecimentos industriais, superando a casa de 491 mil empregos industriais. Os profissionais que atuam neste nicho de mercado ainda carecem de formação, especialmente, em nível de graduação em várias áreas de conhecimento, como a tecnológica, humana e do meio-ambiente, etc.

Os problemas que essa região enfrenta são inúmeros e exigem planos, ações e profissionais capacitados para resolvê-los. Têm-se problemas relacionados às indústrias, ao agro-negócio, à educação, a moradias, ao transporte, ao meio ambiente. Grande parte exige a atuação de profissionais capacitados, da área Gestão Pública, que orientem ações práticas necessárias às suas resoluções.

Entretanto a região apresenta uma boa potencialidade caracterizada pela presença de centenas de grandes empresas, milhares de micro, pequenas e médias empresas dos mais diversos setores produtivos: indústrias metalúrgicas, têxteis, siderúrgicas, químicas, alimentícias, mecânicas, editorial e gráfica, de papel e celulose, de extração mineral, de derivados de petróleo, de energia, naval. As empresas nas áreas de tecnologia de informação e comunicações estão em franco crescimento, onde sinalizam novas oportunidades para a pesquisa e desenvolvimento no setor.

O pólo siderúrgico, segundo pesquisa realizada pela Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), que traçou o panorama dos novos empreendimentos fluminenses, deve receber investimentos somente na área de siderurgia de R\$ 15 bilhões, e abrir mais de 60 mil postos de trabalho. Serão construídas quatro novas usinas nos próximos dois anos. Esse processo aponta para o surgimento de novas empresas e a consolidação de milhares de outras já implantadas acentuando a demanda por profissionais de Gestão Pública.

O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo do país, extraído na plataforma continental do município de Campos, interior fluminense. Utilizando tecnologia nacional de exploração, em águas profundas, a produção da Bacia de Campos alcança 52.600 m³ (330 mil barris) por dia, o que corresponde a mais de 60% da produção nacional de petróleo. Isso indica a potencialidade das indústrias instaladas e

das possibilidades de desenvolvimento de projetos de inovação tecnológicos. Tem-se, assim, uma necessidade premente de profissionais com domínio técnico/metodológico científico, para a inovação e para geração de conhecimento, voltados para o setor tecnológico e para o meio ambiente.

O Estado do Rio sedia 95% da indústria naval brasileira e tem os maiores estaleiros nacionais. A instalação de montadoras automotivas sinalizou com vigor o renascimento da economia do estado. Fábricas de automóveis e caminhões tornaram-se um símbolo mais ostensivo de que o Rio de Janeiro desponta como um dos estados promissores na rota dos investimentos de risco internacionais que voltam a aportar no Brasil. É um centro de forte atuação em alta tecnologia.

Tudo isso clama por maior participação e presença do Estado, no que se refere às atividades de orientação, aconselhamento, regulamentação, inspeção e fiscalização das diversas atividades, exigindo a formação e capacitação de um maior número de gestores públicos. É neste contexto que a presente proposta de curso está inserida, na qual se destaca o principal objetivo do curso, que se refere à maior participação da UFRRJ no processo de formação e capacitação de profissionais qualificados para exercerem a função de gestor público. Apresenta, ainda, o compromisso com os desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e sociais na região e com o controle e desenvolvimento ambiental para a sustentabilidade, por meio da inclusão, em sua grade, de disciplinas específicas para esta finalidade.

5.2. Demanda Social e Empregabilidade

Diante do mapeamento e contextualização regional, percebe-se a existência do potencial de demanda da região de atuação da UFRRJ, onde há grande concentração de órgãos públicos dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, bem como a carência de Instituições de Ensino Superior - IES em quantidade e qualidade para atender a procura não apenas de cursos de graduação, mas também de pós-graduação desta área.

Os egressos do curso deverão encontrar oportunidades de emprego diretamente nos órgãos destes três níveis de governo sediados na região de atuação da UFRRJ e demais regiões do país. Outra oportunidade para os egressos do curso é o acesso a cursos de pós-graduação, especialmente, os cursos de mestrado e doutorados do país, visando a formação de docentes para atuarem nesta área.

Para se ter uma idéia sobre a empregabilidade no país é importante destacar que o setor privado empregou em 2008, 31.138.367 trabalhadores, não contabilizados os empregados domésticos, contra 8.310.136 trabalhadores do setor público. Esse número mostra a dimensão do potencial de emprego na Administração Pública. (RAIS, 2008)

6. Implementação e Operacionalização do Curso

6.1. Caracterização do Curso de Administração Pública da UFRRJ

As Universidades Públicas e gratuitas constituem um patrimônio construído pela sociedade brasileira e devem desempenhar um papel estratégico para o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico do país. Visto por este ângulo uma política de melhoria da qualidade do ensino de graduação deve buscar envolver docentes e estudantes em processos e práticas didático-pedagógicas nas quais ambos se reconheçam “como produtores de conhecimento no exercício crítico, curioso e criativo da experiência de ensinar, aprender, pesquisar” (PDI/UFRRJ, 2006-2011). As Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) enfrentam o grande desafio de preparar profissionalmente cidadãos e, ao mesmo tempo, torná-los aptos a inserir-se de modo consciente e crítico na realidade brasileira, marcada não somente pela desigualdade social e regional, mas também pela riqueza e diversidades artística, cultural e natural; pela urgência de preservação do meio ambiente e busca de sustentabilidade. Com a vertiginosa geração de novos conhecimentos e tecnologias e com a alta velocidade de circulação de informações, a formação dos graduandos requer a capacidade de adaptação a um mundo em constante transformação. Assim, “a graduação deve deixar de ser apenas o espaço da transmissão e da aquisição de informações para transformar-se no locus da construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem”. (PDI/UFRRJ, 2006-2011)

A postura a ser desenvolvida com e pelo próprio graduando é a de “aprender a aprender”, envolvendo processos teórico-epistemológicos de investigação da realidade e a utilização de informações de forma seletiva. A integração com a pós-graduação, o estímulo permanente à busca de soluções de problemas, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão em parceria com diferentes grupos sociais, num contexto solidário e inovador, a participação ativa na vida institucional e social devem fazer parte do universo do graduando. Embora a universidade pública reflita as desigualdades existentes na sociedade brasileira, cresce cada vez mais a compreensão de que ela pode e deve dar a sua contribuição para a inclusão social e redução das desigualdades; pode ter uma atuação mais fraterna diante de uma realidade social desigual que exclui talentos por absoluta falta de oportunidades e perspectivas. A ampliação das oportunidades de acesso e permanência é um desafio que se apresenta para todas as Instituições Públicas de Ensino Superior.

As disciplinas integradoras visam à consolidação da base de conhecimentos dos períodos profissionalizantes (do quarto ao oitavo período letivo do curso) e, juntamente com as disciplinas Projeto de Pesquisa-Ação e Estágio Curricular Supervisionado, possibilitarão ao aluno empreender intervenção em organizações públicas com vista a

compreender o seu processo de gestão, estudá-lo e propor iniciativas e ações voltadas para a melhoria do seu desempenho. A primeira disciplina (Projeto de Pesquisa-Ação) visa possibilitar ao aluno entender e desenvolver um projeto de intervenção numa organização pública, na qual num segundo momento, por meio da disciplina Estágio Curricular Supervisionado, possibilitará a este aluno fazer o diagnóstico do processo de gestão da organização escolhida para estudo e implementação de iniciativas e ações de melhoria.

6.2. Missão do Curso de Administração Pública

O Curso de Graduação em Administração da UFRRJ visa a formação e capacitação de profissionais qualificados para exercerem a função de gestor público, de elevado nível de consciência crítica, competência técnica, engajamento ético e solidariedade social para atuar como agente transformador da realidade em que se insere e administrar organizações comprometidas com a produtividade, com a gestão do conhecimento, com a qualidade de vida das pessoas,

as, com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social e econômico do país.

6.3. Objetivos do Curso

6.3.1. Geral

Propiciar ao aluno o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes que consolidem a capacidade crítica e reflexiva para a formação de um profissional empreendedor e gerenciador de soluções para os problemas das organizações públicas com condições de compreender a complexidade e as contradições que delineiam a dinâmica organizacional do setor público e da sociedade na implantação de sistemas de gestão.

6.3.2. Específicos

a) empregar os conhecimentos fornecidos pelo curso para gerenciar a dinâmica das organizações públicas, otimizar a aplicação de recursos de forma coerente e articulada com a missão, os objetivos e estratégias da organização, por meio da conjugação dos fatores humanos, administrativos, informativos, produtivos, mercadológicos, políticos, legais, econômicos, culturais, tecnológicos, ecológicos e demográficos que envolvem a implantação de sistemas de gestão;

b) fornecer subsídios para o estabelecimento de estratégias e tomadas de decisão com vistas ao alcance de resultados positivos à dinâmica organizacional;

c) atuar segundo a ética profissional em um ambiente de competitividade e internacionalização de mercado;

d) expressar de forma crítica a consciência técnico-profissional; e

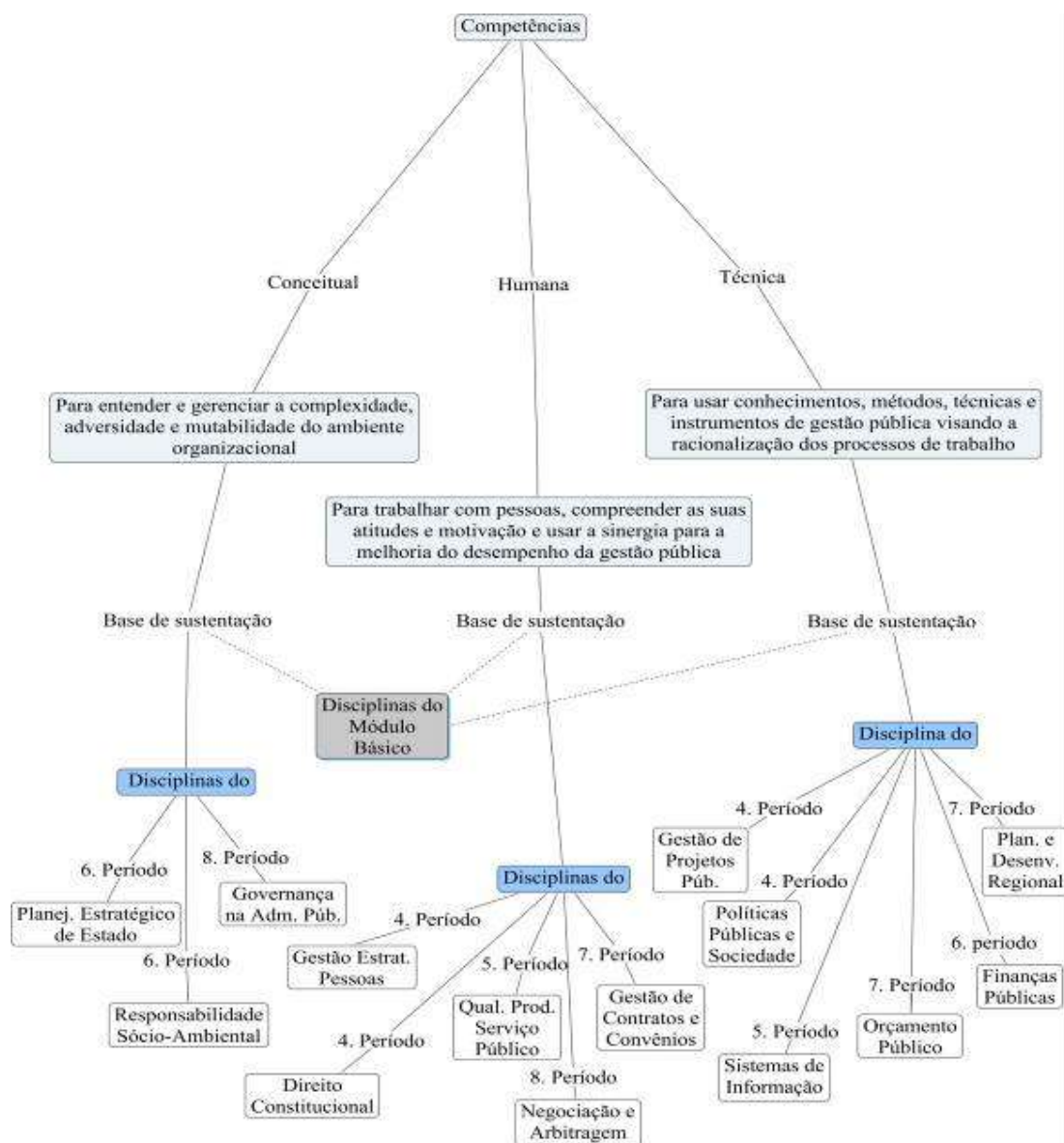
e) desenvolver atitudes que valorizem a solidariedade social e ecológica.

6.4. Perfil do egresso e o seu papel social

O profissional graduado em Administração Pública detém competência profissional, visão holística e global da realidade, postura crítica, criativa, empreendedora e capacidade, humana e técnica para diagnosticar e elaborar soluções aplicáveis às organizações governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, agências reguladoras, organizações não-governamentais, autarquias, sociedade de economia mista e instituições privadas prestadoras de serviços de concessões públicas e em conformidade com as melhores práticas de governança e cidadania.

A competência profissional desenvolvida no curso integra conhecimentos, habilidades e atitudes no egresso e o capacita como administrador público para entender conceitualmente e gerenciar a complexidade, adversidade e mutabilidade do ambiente organizacional e social, usando seus conhecimentos para o fomento e implementação de políticas públicas e de governo. Também o capacita para trabalhar com pessoas e compreender as suas atitudes e motivações, com vistas à maximização da sinergia para a melhoria do desempenho organizacional desenvolvendo sua dimensão humana e criatividade. Por fim, está capacitado tecnicamente para atuar aplicando os seus conhecimentos, métodos, técnicas e instrumentos de gestão pública para a racionalização dos processos de trabalho no setor público brasileiro. A figura 1 ilustra como o curso está estruturado visando atender a esta exigência.

Figura 1 – Competências do Administrador Público: seu desdobramento e alcance



Fonte: Elaboração própria

O egresso deverá ter adquirido forte conhecimento multidisciplinar, devendo estar capacitado a utilizar metodologias, modelos, métodos e técnicas de gestão organizacional, capazes de contribuir para a identificação, resolução de problemas e racionalização dos processos de trabalho.

O foco principal do gestor público a ser formado será capacitá-lo para atuar num ambiente em constantes mudanças e alta competitividade. Para isto, o curso oferecerá disciplinas capazes de provocá-lo a pensar e atuar de maneira crítica e holística na busca de soluções para os graves problemas da gestão pública do país.

O egresso deverá estar apto para atuar, especialmente, no setor público, mas também no privado. Além da formação básica pretendida, o curso ora proposto, visa também preparar os candidatos interessados ao aprofundamento de seus estudos em

curso de pós-graduação, tanto de especialização, quanto de formação de mestres e doutores desta área, uma das maiores carências atuais da sociedade brasileira.

6.5. Áreas de Atuação do Egresso

O Curso de Administração Pública objetiva formar profissionais que possam atuar como:

- a) **Técnico-gerente nos diversos setores públicos e de governo**, tais como: Políticas Públicas, Planejamento e Orçamento, Gestão de Pessoas e outras;
- b) **Empreendedores e Gestores de organizações públicas e sociais**, com atenção voltada para a exploração de oportunidades de mercado e desenvolvimento de atividades num enfoque inovador;
- c) **Líderes**, com visão ampla das necessidades da sociedade, em pontos-chaves das organizações públicas que contribua para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e cidadãos.

O egresso do curso de Administração Pública deverá estar apto a atuar nas seguintes áreas: a) **na Área Educacional** – em instituições educacionais públicas em todos os níveis e modalidades de ensino como: Docentes, Coordenadores, Diretores, Assessores e/ou Consultores; b) **na Área de Pesquisa** – que envolvam os diversos campos do saber em Administração Pública; c) **na Área Pública** – Nas Organizações cujas atribuições envolvam, principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de Administração profissional.

O quadro a seguir mostra outros detalhes sobre o curso.

Quadro 1 – Dados complementares sobre o curso

Denominação do Curso	Graduação em Administração Pública
Vinculação do Curso	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) / Departamento de Ciências de Administração e Contabilidade (DCAC)
Tipo	Bacharelado
Modalidade de ensino	Presencial
Prazo mínimo para integralização do Curso	8 semestres
Local de oferta	<i>Campus</i> Sede (Seropédica)
Turnos de Oferta	Noturno
Número de vagas	45 (numa única entrada de alunos ao ano)
Sistema Curricular	Hora/Aula
Regime Letivo	Semestral

6.6. Formas de Acesso ao Curso

6.7.

O acesso ao Curso de Administração Pública da UFRRJ ocorre através de Exame Nacional do Ensino Médio e Sistema de Seleção Unificado do Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais, ENEM/SiSU - INEP, transferência (interna ou externa) e reingresso (interno ou externo), conforme normas da Instituição.

6.8. Sistema de Avaliação do Ensino-aprendizagem

O sistema de avaliação se constitui num processo contínuo e acumulativo de identificação e análise de desempenho acadêmico do aluno, num sentido progressivo. A avaliação do rendimento escolar é feita por disciplina e atividades acadêmicas, durante o período letivo e abrange: (a) a apuração da frequência às aulas, e aos trabalhos escolares (seminários, pesquisas, debates, estágios, excursões, provas escritas, provas orais, trabalhos práticos e outros); e, (b) aproveitamento obtido pelo aluno nos trabalhos escolares.

A avaliação do rendimento escolar em disciplinas é regulamentada pelas Deliberações do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ) nº. 128, de 03.03.1982, nº. 143, de 15.11.1999 e nº. 30 de 05.05.2008. O rendimento escolar em cada disciplina é expresso por notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). As formas e datas das verificações de aprendizagem são estabelecidas pelo professor responsável pela disciplina, sob a supervisão do Chefe do Departamento. Há obrigatoriedade de, no mínimo, duas avaliações de rendimento nas disciplinas. São condições de aprovação a obtenção de nota final igual ou superior a 5,0 (seis) e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Para fazer jus ao diploma o aluno precisa realizar um estágio supervisionado e um projeto do tipo pesquisa-ação junto a uma organização pública conveniada à UFRRJ.

6.9. Conteúdos/Módulos – Disciplinas, Créditos e Carga Horária

O conteúdo do Curso de Graduação em Administração da UFRRJ está estruturado na forma de créditos e em blocos (módulos) com características afins visando sua aplicabilidade nas organizações, conforme ilustra a tabela 1.

Tabela 1 – Estruturação do Curso

Conteúdos/Módulos	No. Disciplinas	Total de Créditos *	Carga Horária
Formação Básica	15	60	900
Especialização profissional	21	84	1.260
Optativas**	03	12	180
Tutoria do Estágio Supervisionado	01	04	60
Estágio Supervisionado	-	-	330
Subtotal	40	160	2.730

Atividades Complementares	-	-	270
Total	40	160	3.000
NOTAS: * Todas as disciplinas oferecidas são de 4 créditos cada uma; ** Serão ofertadas 19 disciplinas optativas para a escolha do aluno, sempre orientado pela coordenação do curso.			

6.10. Matriz Curricular do Curso de Administração Pública

A matriz curricular do curso é formada por três módulos, sendo um de formação básica e dois de especialização. A formação básica é constituída por disciplinas que visam propiciar ao aluno uma visão geral dos aspectos legais, sociais, econômicos e políticos que caracterizam a administração brasileira, enquanto que a especialização é destinada à formação do Administrador Público, direcionada por dois eixos de formação (Elaboração e Gestão de Políticas Públicas; Gestão de Orçamento e Finanças Públicas), no que diz respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e da transparência da Administração Pública assim como a aplicação de ferramentas de gestão pública.

Figura 2 – Estrutura geral do curso

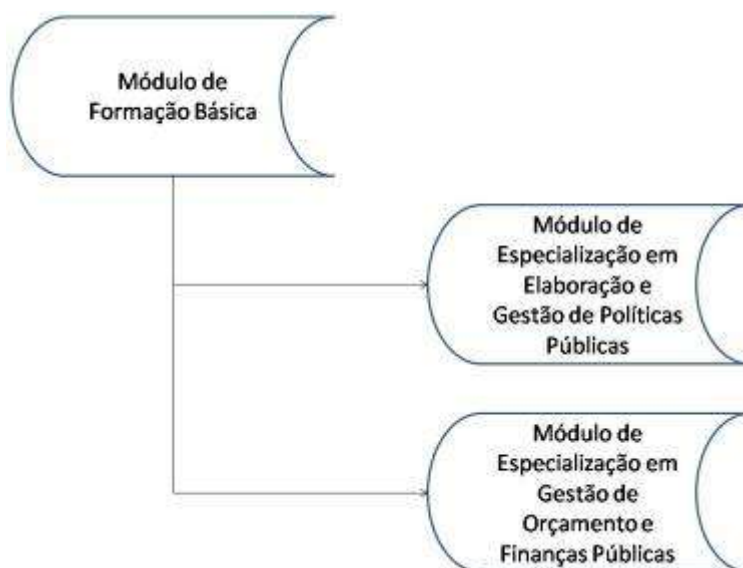
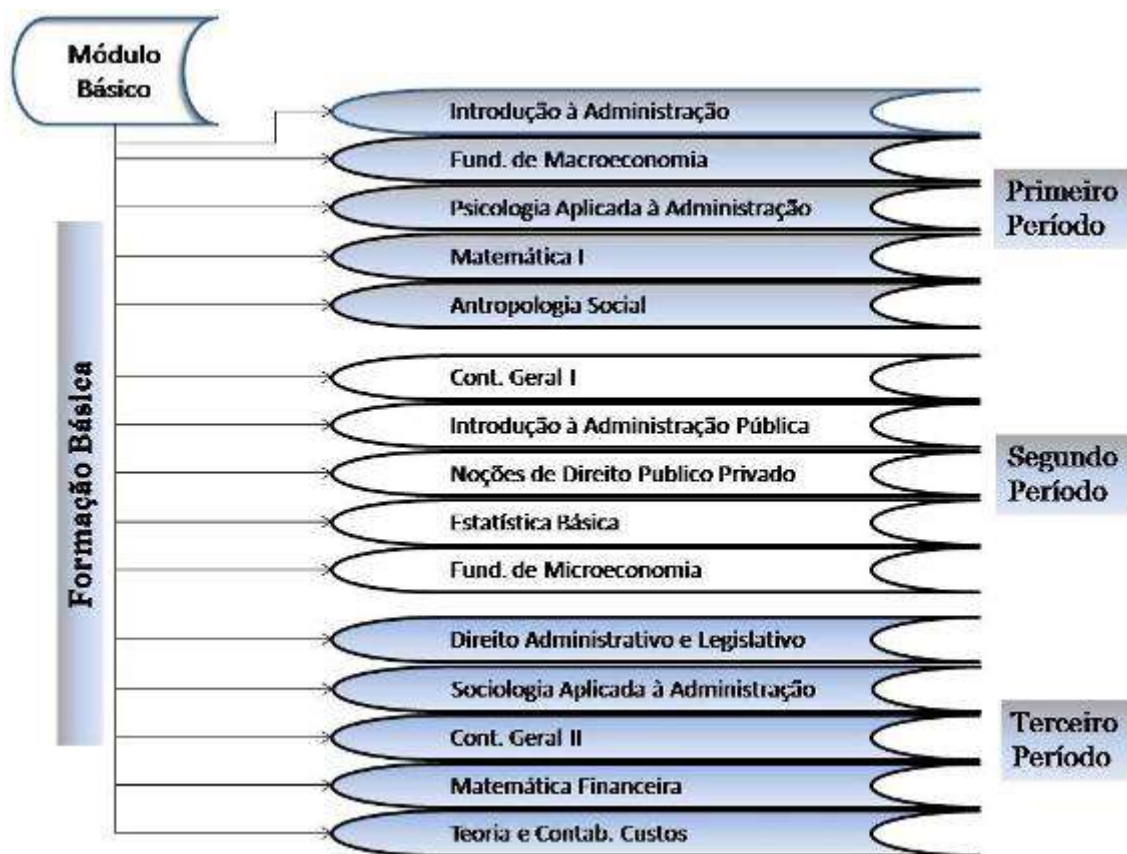


Figura 3 – Disciplinas do Módulo de Formação Básica



Deve-se observar que nas figuras 4 e 5 as disciplinas assinaladas com um asterisco (*) são disciplinas novas (não pertencentes à matriz curricular do curso de Administração), e as com dois asteriscos (**), além de novas são também integradoras do eixo de formação, as quais deverão possibilitar ao aluno não apenas integrar conhecimentos adquiridos ao logo da sua formação, mas também consolidar o aprendizado, uma vez que a carga-horária dessas disciplinas se divide em teoria e prática. Espera-se que este fato possibilite a realização de verdadeiras oficinas de caráter prático. As disciplinas integradoras, juntamente com as disciplinas Projeto de Pesquisa-Ação e Estágio Curricular Supervisionado, possibilitarão ao aluno empreender intervenção em organizações públicas com vista a compreender o seu processo de gestão, estudá-lo e propor iniciativas e ações voltadas para a melhoria do seu desempenho. A primeira disciplina (Projeto de Pesquisa-Ação) visa possibilitar ao aluno entender e desenvolver um projeto de intervenção numa organização pública, na qual num segundo momento, por meio da disciplina Estágio Curricular Supervisionado, possibilitará a este aluno fazer o diagnóstico do processo de gestão da organização escolhida para estudo e implementação de iniciativas e ações de melhoria. As figuras a seguir ilustram a estrutura do curso.

Figura 4 – Disciplinas do Módulo de Especialização I

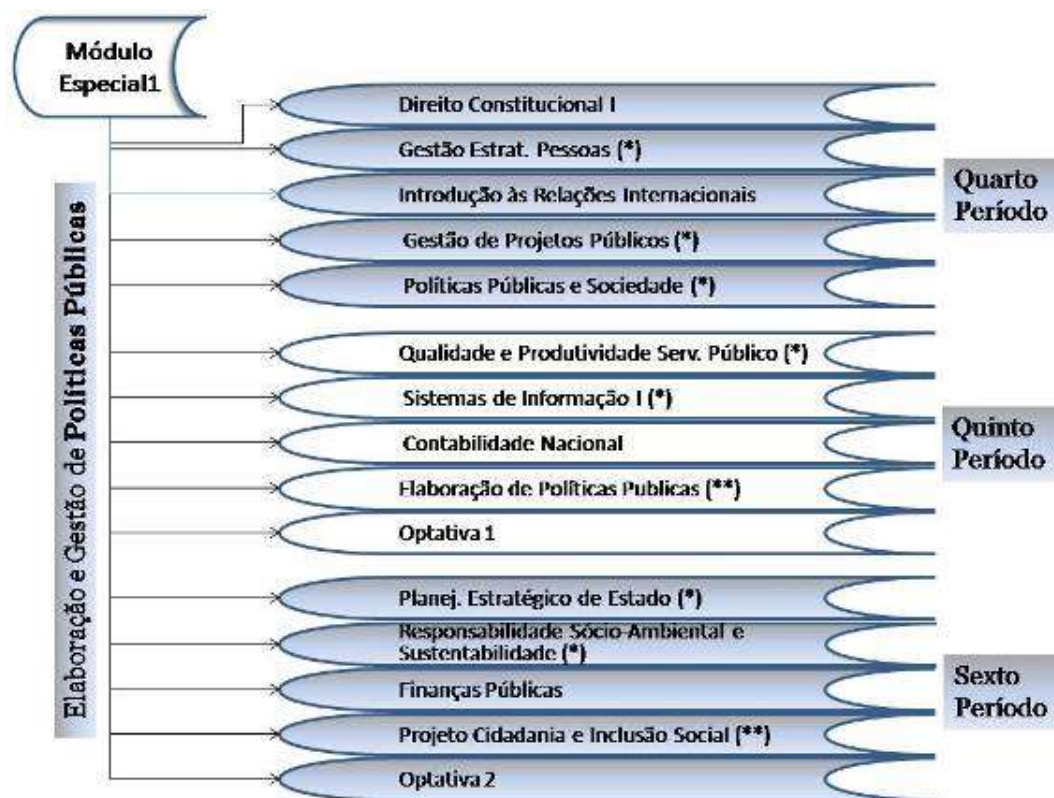
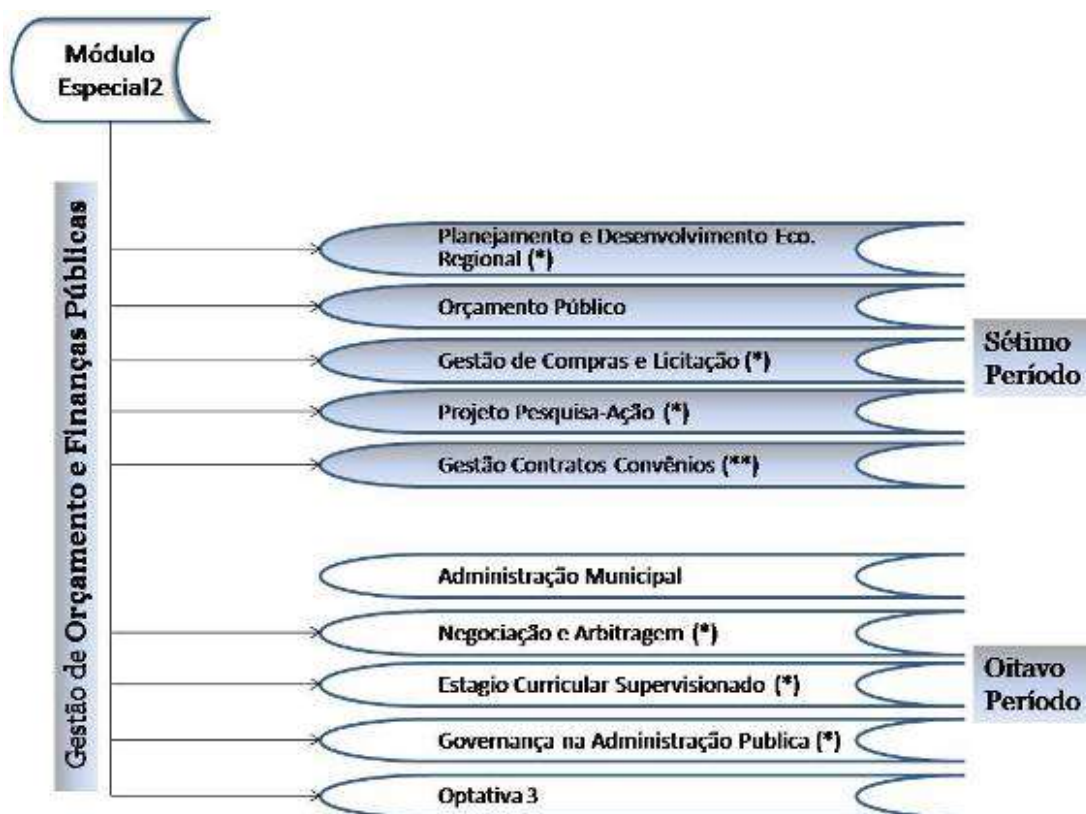


Figura 5 – Disciplinas do Módulo de Especialização II



6.11. Contratação de Novos Docentes

Para fazer frente às necessidades e exigência curricular do Curso de Administração Pública está prevista a realização de concursos para um total de 19 professores. O quadro 2 descreve as classes e o perfil dos docentes para este concurso.

Quadro 2 – Área de concentração, número e Perfil dos novos docentes

<i>Campus:</i> SEROPÉDICA	
CLASSE INICIAL - ADJUNTO I	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO e NÚMERO DE NOVOS DOCENTES	PERFIL DO DOCENTE
Administração, Políticas Públicas e Sociedade – 7 docentes.	Graduação em Administração Pública e/ou Privada ou áreas afins, ou Ciências Políticas, ou Ciências Sociais, ou Serviço Social. Doutorado em Administração Pública e/ou Privada, ou áreas afins, ou Ciências Políticas, ou Ciências Sociais, ou Serviço Social. Com publicação ou experiência em Ensino de Administração e Políticas Públicas.
Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade em Projetos Públicos – 3 docentes.	Graduação em Administração Pública e/ou Privada, ou áreas afins, ou Engenharia de Produção. Doutorado em Administração Pública e/ou Privada, Planejamento/desenvolvimento Regional e Urbano, ou em Economia, Contabilidade, Finanças Públicas, Ciências Jurídicas. Publicação ou experiência em Ensino de Administração e Políticas Públicas.
Gestão de Sistemas de Informação – 1 docente.	Graduação em Sistemas de Informação, ou Ciência da Computação, ou Informática e Tecnologia da Informação, ou Administração Pública e/ou Privada ou áreas afins, ou Engenharia de Produção. Doutorado em Sistemas de Informação, ou Ciência da Computação, ou Administração Pública e/ou Privada ou áreas afins, ou Engenharia da Produção. Com publicação e experiência em Ensino de Administração e Políticas Públicas.
Administração Geral – 8 docentes.	Graduação em Administração Pública e/ou Privada ou áreas afins, ou Engenharia da Produção, ou Ciências Políticas, ou Ciências Sociais, ou Serviço Social. Doutorado em Administração Pública e/ou Privada, ou áreas afins, ou Engenharia da Produção, ou Economia, Contabilidade, ou Finanças ou Ciências Políticas, ou Ciências Sociais, ou Serviço Social. Com publicação ou experiência em Ensino de Administração e Políticas Públicas ou Privada.

7. Considerações Finais

Muitos são ainda os desafios a serem superados visando à consolidação do Curso de Graduação em Administração Pública da UFRRJ, a qual vive uma fase de grande expansão em virtude do considerável aumento de novos cursos, da contratação de

docentes, construção de instalações para acomodar salas de aula, laboratórios, biblioteca, aquisição de novos acervos bibliográficos para apoiar os novos cursos, etc.

Desse modo, a continuidade dessa expansão e a busca da melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ dependem da compreensão, colaboração e de esforços de todos os envolvidos neste processo: discentes, docentes, pessoal técnico e administrativo, gestores da UFRRJ de todas as unidades administrativas envolvidas e do próprio MEC, a quem cabe liberar os recursos necessários para isso.

Um aspecto relevante é o desenvolvimento de processos de avaliação permanente do curso de Administração Pública com a participação da comunidade acadêmica onde sejam identificados tanto os pontos fracos como os fortes para que se garantam o alcance dos objetivos propostos. A auto-avaliação, juntamente com os demais níveis de avaliação (interna e externa) contribuem para a identificação e superação de entraves à consecução do projeto, e por decorrência, a oferta de um curso de Administração Pública de qualidade para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Plano Diretor** da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República (1995).
- CANO, Wilson. Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Administração Política**. No. 1, Vol. 2, abril de 2009.
- DEG (2010). Informativo do Decanato de Graduação: UFRRJ no. 01, fev./mar., 2010.
- FARAH, Marta. Ferreira Santos. Governo Local, Políticas Públicas e Novas Formas de Gestão Pública no Brasil. **Revista O&S**, no. 19, ano 2000.
- GOMES, Fábio Guedes. Sobre as mudanças políticas e econômicas recentes na América do Sul e a fase pós-neoliberal. **Revista Brasileira de Administração Política**. No. 1, Vol. 2, abril de 2009.
- JACOBI, Pedro Roberto. Reflexões sobre as Possibilidades de Inovação na Relação Poder Público-Sociedade Civil no Brasil. **Revista O&S**, no. 28, ano 2003.
- MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração. Resolução nº 04/2005**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em 17/02/2011.
- MEC. **Carga Horária Mínima dos Cursos de Graduação. Resolução nº 02/2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em 17/02/2011>.
- MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. Do Modelo Racional-Legal ao Paradigma Pós-Burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. **Revista O&S**, no. 37, ano 2006.
- PACHECO, Regina Silvia. Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-20021. **Revista do Serviço Público (RSP)**. Ano 53, Número 4, Out-Dez 2002.

PEREIRA, Elisabete (2007). Subsídios para a Elaboração do Projeto Pedagógico. In **Projeto Pedagógico do Curso de Administração da UFRRJ**.

PDI/UFRRJ (2006). **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para o período de 2006-2011**. Seropédica: UFRRJ, 2006.

RAIS (2008). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_mt28.pdf>. Acesso em: 18/11/09.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares e MENDES, Ana Magnólia. *Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado*. **Revista do Serviço Público de Brasília** n. 60 (3): p. 241-250, Jul/Set 2009.